

## CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

### PAUTA 011/2017

A **PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA**, no uso de suas atribuições legais e com base nos termos da Resolução nº. 005/2007, do Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça, resolve convocar os Excelentíssimos Senhores Membros do Conselho Superior do Ministério Público para Sessão Ordinária, a ser realizada no próximo dia 04 de julho de 2017, terça-feira, à partir das 14:00 horas, na Sala das Sessões - Sede do Ministério Público, situada à 5ª Avenida, nº. 750 - Centro Administrativo da Bahia - CAB, nesta Capital, para apreciação da seguinte ordem do dia:

**01. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 003.0.13364/2017. ASSUNTO: SOLICITAÇÃO DE DESISTÊNCIA DE PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE AFASTAMENTO Nº 003.0.233261/2016. INTERESSADO: PROMOTOR DE JUSTIÇA BRUNO GONTIJO ARAÚJO TEIXEIRA. RELATOR: CONSELHEIRO NIVALDO DOS SANTOS AQUINO.**

### 2. RELATORIA DE PROCEDIMENTOS:

**RELATOR: EXMO. SR. DR. PROCURADOR DE JUSTIÇA JOSÉ CUPERTINO AGUIAR CUNHA:**

- 2.1. Procedimento Ministerial nº 003.9.1014/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Cachoeira;
- 2.2. Inquérito Civil nº 025.0.183245/2008, da Promotoria de Justiça de Belo Campo;
- 2.3. Inquérito Civil nº 597.0.100744/2008, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 2.4. Inquérito Civil nº 032.0.97258/2013, da Promotoria de Justiça de Brotas de Macaúbas;
- 2.5. Procedimento Ministerial nº 003.0.18034/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 2.6. Procedimento Ministerial nº 003.0.60660/2013, da Promotoria de Justiça de Prado;
- 2.7. Procedimento Ministerial nº 003.0.169986/2016, da 2ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 2.8. Procedimento Ministerial nº 699.1.21095/2005, da 2ª Promotoria de Justiça de Itaberaba;
- 2.9. Procedimento Ministerial nº 003.1.93962/2006, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDDEF;
- 2.10. Procedimento Ministerial nº 001.0.213004/2012, da 6ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 2.11. Inquérito Civil nº 709.0.223903/2013, da 709.0.223903/2013, da 3ª Promotoria de Justiça de Simões Filho;
- 2.12. Inquérito Civil nº 598.0.234871/2015, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente de Juazeiro;
- 2.13. Procedimento Ministerial nº 598.9.28967/2014, da 5ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 2.14. Procedimento Ministerial nº 708.0.154579/2012, da 5ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;
- 2.15. Procedimento Ministerial nº 1112.9.45032/2017, da Promotoria de Justiça de Ituaçu;
- 2.16. Inquérito Civil nº 598.0.179450/2014, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Juazeiro;

- 2.17. Inquérito Civil nº 712.0.154723/2010, da 4ª Promotoria de Justiça de Serrinha;
- 2.18. Inquérito Civil nº 701.0.160803/2010, da 2ª Promotoria de Justiça de Itapetinga.
- 5.168. Inquérito Civil nº 681.0.47948/2014, da 1ª Promotoria de Justiça de Euclides da Cunha;
- 5.169. Procedimento Ministerial nº 678.0.222372/2016, da 3ª Promotoria de Justiça de Cruz das Almas;
- 5.170. Procedimento Ministerial nº 680.0.188672/2011, da 2ª Promotoria de Justiça de Castro Alves;
- 5.171. Procedimento Ministerial nº 003.0.152393/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 2.19. Procedimento Ministerial nº 597.0.219186/2016, da 3ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 2.20. Procedimento Ministerial nº 591.9.34578/2017, da 7ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;
- 2.21. Inquérito Civil nº 692.0.71151/2012, da Promotoria de Justiça Regional Ambiental com sede em Guanambi;
- 2.22. Inquérito Civil nº 003.0.209053/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 2.23. Inquérito Civil nº 190.0.103804/2016, da 2ª Promotoria de Justiça de Nazaré;
- 2.24. Inquérito Civil nº 708.0.208874/2012. Da 6ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas.

**RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA CLEONICE DE SOUZA LIMA:**

- 2.25. Inquérito Civil nº 598.0.33318/2016, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Juazeiro;
- 2.26. Inquérito Civil nº 003.0.77437/2013, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 2.27. Inquérito Civil nº 597.0.201290/2014, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 2.28. Procedimento Ministerial nº 596.0.175369/2013, da 2ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 2.29. Inquérito Civil nº 003.0.233709/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 2.30. Procedimento Ministerial nº 003.0.46306/2015, da 5ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente;
- 2.31. Inquérito Civil nº 600.0.140969/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 2.32. Procedimento Ministerial nº 003.0.240992/2016, da 5ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente;
- 2.33. Inquérito Civil nº 646.0.194650/2009, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 2.34. Inquérito Civil nº 590.0.107092/2015, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari.

**RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA MARIA DAS GRAÇAS SOUZA E SILVA:**

- 2.35. Recurso Administrativo nº 003.0.76129/2015, apenso Inquérito Civil nº 003.0.82605/2014, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 2.36. Procedimento Ministerial nº 597.0.87786/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 2.37. Procedimento Ministerial nº 003.0.234228/2013, da Promotoria de Justiça Regional Ambiental com sede em Itabuna;
- 2.38. Procedimento Ministerial nº 003.0.185033/2014, do Grupo de Atuação Especial para o Controle Externo da Atividade Policial – GACEP;

- 2.39. Procedimento Ministerial nº 003.0.43970/2009, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 2.40. Procedimento Ministerial nº 709.0.7485/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Simões Filho;
- 2.41. Procedimento Ministerial nº 015.0.189746/2015, da Promotoria de Justiça de Araci;
- 2.42. Procedimento Ministerial nº 598.0.74154/2014, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 2.43. Inquérito Civil nº 001.9.24802/2017, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 2.44. Procedimento Ministerial nº 069.9.63894/2017, da 2ª Promotoria de Justiça de Catu;
- 2.45. Inquérito Civil nº 600.0.190199/2013, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 2.46. Inquérito Civil nº 598.0.232584/2016, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 2.47. Procedimento Ministerial nº 680.0.82245/2011, da 2ª Promotoria de Justiça de Castro Alves;
- 2.48. Inquérito Civil nº 702.0.113380/2011, da 4ª Promotoria de Justiça de Jacobina;
- 2.49. Inquérito Civil nº 001.0.16913/2009, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 2.50. Inquérito Civil nº 003.0.224461/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 2.51. Inquérito Civil nº 003.0.199019/2010, da 5ª Promotoria de Justiça de Infância e Juventude;
- 2.52. Inquérito Civil nº 696.0.189951/2013, da 3ª Promotoria de Justiça de Candeias;
- 2.53. Procedimento Ministerial nº 003.0.183828/2015, da 5ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 2.54. Procedimento Ministerial nº 003.0.241740/2014, da 4ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 2.55. Inquérito Civil nº 003.0.113190/2013, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 2.56. Procedimento Ministerial nº 003.0.171264/2016, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 2.57. Inquérito Civil nº 003.0.85672/2013, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 2.58. Procedimento Ministerial nº 003.0.55471/2016, da 4ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente;
- 2.59. Procedimento Ministerial nº 003.0.152507/2016, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;
- 2.60. Inquérito Civil nº 597.0.82154/2012, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente de Salvador;
- 2.61. Procedimento Ministerial nº 720.9.23276/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Riachão do Jacuípe;
- 2.62. Procedimento Ministerial nº 647.0.88643/2014, da 7ª Promotoria de Justiça de Eunápolis;
- 2.63. Procedimento Ministerial nº 003.0.165342/2010, do Grupo de Atuação Especial para o Controle Externo da Atividade Policial – GACEP;
- 2.64. Inquérito Civil nº 020.0.46429/2010, da Promotoria de Justiça de Barra da Estiva;
- 2.65. Procedimento Ministerial nº 674.9.267573/2016, da 2ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 2.66. Inquérito Civil nº 003.0.45445/2016, da 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente;
- 2.67. Inquérito Civil nº 726.0.98925/2012, da 1ª Promotoria de Justiça de Ibotirama;

- 2.68. Procedimento Ministerial nº 705.0.74300/2016, da 3ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso;
- 2.69. Inquérito Civil nº 003.0.220511/2014, da 4ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 2.70. Procedimento Ministerial nº 591.0.208160/2016, da 5ª Promotoria de Lauro de Freitas;
- 2.71. Inquérito Civil nº 241.0.187897/2013, da 2ª Promotoria de Justiça de Remanso;
- 2.72. Procedimento Ministerial nº 592.9.25412/2017, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;
- 2.73. Inquérito Civil nº 001.0.31788/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 2.74. Inquérito Civil nº 003.0.149159/2008, da Promotoria de Justiça de Meio Ambiente de Teixeira de Freitas;
- 2.75. Inquérito Civil nº 167.0.102514/2015, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João;
- 2.76. Inquérito Civil nº 003.0.42248/2016, da 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente;
- 2.77. Procedimento Ministerial nº 003.0.38251/2013, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
- 2.78. Procedimento Ministerial nº 598.0.39988/2012, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 2.79. Inquérito Civil nº 676.1.93259/2006, da 3ª Promotoria de Justiça de Bom Jesus da Lapa;
- 2.80. Procedimento Ministerial nº 003.9.74120/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 2.81. Procedimento Ministerial nº 608.0.140235/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 2.82. Procedimento Ministerial nº 598.0.66708/2016, da 10ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 2.83. Procedimento Ministerial nº 598.0.200068/2015, da Promotoria de Justiça Regional Especializada em Meio Ambiente com sede em Juazeiro;
- 2.84. Inquérito Civil nº 708.0.6222/2009, da 6ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;
- 2.85. Inquérito Civil nº 001.0.75550/2014, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Ilhéus;
- 2.86. Inquérito Civil nº 712.0.149985/2010, da 4ª Promotoria de Justiça de Serrinha;
- 2.87. Inquérito Civil nº 705.0.161729/2013, da 2ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso;
- 2.88. Procedimento Ministerial nº 043.0.178631/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Ipiaú;
- 2.89. Inquérito Civil nº 592.0.51704/2014, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;
- 2.90. Inquérito Civil nº 597.0.65705/2015, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Valença;
- 2.91. Inquérito Civil nº 003.0.66947/2015, da 5ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente;
- 2.92. Procedimento Ministerial nº 720.0.248593/2012, da 1ª Promotoria de Justiça de Riachão do Jacuípe;
- 2.93. Procedimento Ministerial nº 003.0.223116/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 2.94. Inquérito Civil nº 681.0.178584/2010, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Euclides da Cunha;
- 2.95. Procedimento Ministerial nº 003.0.68076/2016, do Grupo de Atuação Especial

de Defesa da Saúde – GESAU;

2.96. Procedimento Ministerial nº 003.0.73964/2012, da Promotoria de Justiça de Prado;

2.97. Procedimento Ministerial nº 003.0.208875/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

2.98. Inquérito Civil nº 003.0.249921/2013, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;

2.99. Inquérito Civil nº 608.0.247631/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;

2.100. Procedimento Ministerial nº 656.0.8635/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Cícero Dantas;

2.101. Inquérito Civil nº 592.0.135919/2014, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;

2.102. Procedimento Ministerial nº 003.0.144195/2008, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

2.103. Inquérito Civil nº 003.0.218858/2010, da 3ª Promotoria de Justiça de Simões Filho;

2.104. Procedimento Ministerial nº 003.0.118925/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

2.105. Inquérito Civil nº 702.0.200645/2014, da 16ª Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Jacobina;

2.106. Procedimento Ministerial nº 212.0.154624/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Paripiranga;

2.107. Inquérito Civil nº 003.0.212071/2011, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;

2.108. Inquérito Civil nº 708.0.242535/2013, da 6ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;

2.109. Inquérito Civil nº 702.0.200556/2014, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Jacobina;

2.110. Inquérito Civil nº 003.0.81395/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;

2.111. Procedimento Ministerial nº 003.0.216306/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

2.112. Procedimento Ministerial nº 057.0.146437/2014, da Promotoria de Capela do Alto Alegre;

2.113. Procedimento Ministerial nº 003.0.135075/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

2.114. Inquérito Civil nº 591.0.239786/2015, da 5ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;

2.115. Procedimento Ministerial nº 726.0.146104/2015, da Promotoria de Justiça Regional Ambiental com sede em Guanambi;

2.116. Inquérito Civil nº 598.0.136507/2015, da 8ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;

2.117. Procedimento Ministerial nº 708.0.60889/2016, da 5ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;

2.118. Inquérito Civil nº 167.0.146359/2014, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com Sede em Mata de São João;

2.119. Procedimento Ministerial nº 655.0.104116/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Gandu;

2.120. Inquérito Civil nº 003.0.95102/2014, da 3ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;

2.121. Inquérito Civil nº 591.0.147137/2010, da 7ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;

2.122. Procedimento Ministerial nº 003.0.9006/2011, do Grupo de Atuação Especial

de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;  
2.123. Inquérito Civil nº 003.0.213355/2016, da 5ª Promotoria de Justiça do Consumidor;  
2.124. Procedimento Ministerial nº 003.9.810/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;  
2.125. Inquérito Civil nº 003.0.46572/2012, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;  
2.126. Inquérito Civil nº 003.0.127810/2013, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;  
2.127. Procedimento Ministerial nº 003.0.100306/2015, da 6ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude;  
2.128. Procedimento Ministerial nº 057.0.34809/2014, da Promotoria de Justiça de Capela do Alto Alegre;  
2.129. Inquérito Civil nº 003.0.135862/2016, da 5ª Promotoria de Justiça do Consumidor;  
2.130. Procedimento Ministerial nº 003.0.16759/2010, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;  
2.131. Inquérito Civil nº 003.0.85140/2013, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;  
2.132. Inquérito Civil nº 592.9.18315/2017, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;  
2.133. Inquérito Civil nº 371.0.229944/2016, da Promotoria de Justiça de Itacaré;  
2.134. Procedimento Ministerial nº 593.0.220913/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras.

**RELATOR: EXMO. SR. DR. PROCURADOR DE JUSTIÇA PAULO MARCELO DE SANTANA COSTA:**

2.135. Recurso Administrativo nº 003.0.231435/2016, apenso nº 678.0.173621/2016, da 3ª Promotoria de Justiça de Cruz das Almas;  
2.136. Procedimento Ministerial nº 003.0.74447/2012, da Promotoria de Justiça de Prado;  
2.137. Procedimento Ministerial nº 003.0.182922/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;  
2.138. Procedimento Ministerial nº 003.0.143702/2013, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;  
2.139. Inquérito Civil nº 678.0.231203/2012, da 3ª Promotoria de Justiça de Cruz das Almas;  
2.140. Procedimento Ministerial nº 593.0.220224/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras;  
2.141. Inquérito Civil nº 001.9.9011/2017, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;  
2.142. Procedimento Ministerial nº 003.0.206169/2016, da 4ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de Salvador;  
2.143. Procedimento Ministerial nº 069.9.86765/2017, da 2ª Promotoria de Justiça de Catu;  
2.144. Inquérito Civil nº 003.0.79658/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;  
2.145. Procedimento Ministerial nº 678.0.30286/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Cruz das Almas;  
2.146. Procedimento Ministerial nº 597.0.6076/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;  
2.147. Procedimento Ministerial nº 720.9.59996/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Riachão do Jacuípe;

- 2.148. Inquérito Civil nº 712.0.94717/2008, da 2ª Promotoria de Justiça de Serrinha;
- 2.149. Inquérito Civil nº 708.0.236671/2016, da 6ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;
- 2.150. Procedimento Ministerial nº 003.0.42457/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
- 2.151. Procedimento Ministerial nº 598.0.248389/2016, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 2.152. Inquérito Civil nº 003.0.209236/2012, da Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo;
- 2.153. Procedimento Ministerial nº 003.0.44077/2013, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 2.154. Procedimento Ministerial nº 003.0.68664/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 2.155. Procedimento Ministerial nº 241.0.16316/2016, da 2ª Promotoria de Justiça de Remanso;
- 2.156. Procedimento Ministerial nº 608.0.221016/2014, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 2.157. Inquérito Civil nº 681.0.34605/2013, da 2ª Promotoria de Justiça de Euclides da Cunha;
- 2.158. Inquérito Civil nº 596.0.28514/2011, da 7ª Promotoria de Justiça e Juventude;
- 2.159. Procedimento Ministerial nº 608.0.201211/2015, da 5ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 2.160. Inquérito Civil nº 167.0.192360/2015, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João;
- 2.161. Inquérito Civil nº 003.0.78631/2016, da 5ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 2.162. Inquérito Civil nº 647.0.123648/2015, da 7ª Promotoria de Justiça de Eunápolis;
- 2.163. Procedimento Ministerial nº 003.0.143411/2016, do Grupo de Atuação Especial de Controle Externo da Atividade Policial – GACEP;
- 2.164. Inquérito Civil nº 003.0.8402/2011, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Euclides da Cunha;
- 2.165. Inquérito Civil nº 003.0.20012/2011, da Promotoria de Justiça Regional Especializada em Meio Ambiente com sede em Euclides da Cunha;
- 2.166. Inquérito Civil nº 003.0.247729/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
- 2.167. Inquérito Civil nº 598.0.141725/2012, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 2.168. Procedimento Ministerial nº 003.0.138246/2014, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Barreiras;
- 2.169. Procedimento Ministerial nº 598.0.144008/2015, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 2.170. Inquérito Civil nº 003.0.6880/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;
- 2.171. Inquérito Civil nº 596.0.86574/2012, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 2.172. Inquérito Civil nº 003.1.42083/2005, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
- 2.173. Inquérito Civil nº 597.0.85430/2013, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 2.174. Procedimento Ministerial nº 003.0.237870/2012, da 3ª Promotoria de Justiça de Simões Filho;
- 2.175. Inquérito Civil nº 596.0.152128/2009, da 2ª Promotoria de Justiça de Feira de

Santana.

**RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA MARILENE PEREIRA MOTA:**

2.176. Procedimento Ministerial nº 003.0.221702/2016, da Promotoria de Justiça Regional do Meio Ambiente com sede em Guanambi;

2.177. Procedimento Ministerial nº 692.0.4936/2014, da 1ª Promotoria de Justiça de Guanambi;

2.178. Inquérito Civil nº 702.0.130471/2016, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Guanambi.

**RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA MARGARETH PINHEIRO DE SOUZA:**

2.179. Inquérito Civil nº 720.0.153202/2016, da 3ª Promotoria de Justiça de Riachão do Jacuípe;

2.180. Inquérito Civil nº 647.0.50985/2014, da 2ª Promotoria de Justiça de Eunápolis;

2.181. Recurso Administrativo nº 003.9.90410/2017, da Promotoria de Justiça Regional Ambiental com sede em Lençóis;

2.182. Procedimento Ministerial nº 003.0.73507/2012, da Promotoria de Justiça de Prado;

2.183. Inquérito Civil nº 111.0.130148/2010, da 3ª Promotoria de Justiça de Dias D'Ávila;

2.184. Inquérito Civil nº 692.0.71172/2012, da Promotoria de Justiça Regional do Meio Ambiente com sede em Guanambi;

2.185. Inquérito Civil nº 597.0.168925/2011, da 3ª Promotoria de Justiça de Valença;

2.186. Inquérito Civil nº 598.0.145680/2015, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;

2.187. Inquérito Civil nº 003.0.220014/2015, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;

2.188. Procedimento Ministerial nº 699.0.76922/2008, da 3ª Promotoria de Justiça de Itaberaba;

2.189. Inquérito Civil nº 003.0.26646/2016, da 5ª Promotoria de Justiça do Consumidor;

2.190. Inquérito Civil nº 020.0.212642/2014, da Promotoria de Justiça de Barra da Estiva;

2.191. Procedimento Ministerial nº 003.0.55116/2009, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM.

**RELATOR: EXMO. SR. DR. PROCURADOR DE JUSTIÇA NIVALDO DOS SANTOS AQUINO:**

2.192. Inquérito Civil nº 003.0.231558/2015, da Promotoria de Justiça do Consumidor;

2.193. Inquérito Civil nº 598.0.58035/2015, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;

2.194. Inquérito Civil nº 692.0.59535/2016, da Promotoria de Justiça Regional Ambiental com sede em Guanambi;

2.195. Procedimento Ministerial nº 241.0.121861/2016, da 2ª Promotoria de Justiça de Remanso;

2.196. Inquérito Civil nº 003.0.220298/2010, da 6ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;

2.197. Inquérito Civil nº 003.0.79939/2010, da 5ª Promotoria de Justiça de Candeias;

2.198. Inquérito Civil nº 597.0.11078/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;

2.199. Inquérito Civil nº 597.0.96329/2015, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;



- 2.200. Procedimento Ministerial nº 592.0.85153/2015, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;
- 2.201. Inquérito Civil nº 003.0.66810/2015, da 5ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente;
- 2.202. Inquérito Civil nº 590.0.246530/2016, da 7ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 2.203. Procedimento Ministerial nº 590.0.98707/2015, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 2.204. Inquérito Civil nº 644.0.207508/2014, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;
- 2.205. Procedimento Ministerial nº 521.0.102937/2016, da Promotoria de Justiça de Nova Fátima.

**RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA SILVANA OLIVEIRA ALMEIDA:**

- 2.206. Inquérito Civil nº 003.0.212429/2011, da 6ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente;
- 2.207. Inquérito Civil nº 596.0.155576/2013, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 2.208. Inquérito Civil nº 600.0.179435/2013, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 2.209. Inquérito Civil nº 692.0.40176/2013, da 3ª Promotoria de Justiça de Guanambi;
- 2.210. Inquérito Civil nº 674.0.48992/2016, da 5ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas.

**03. O QUE OCORRER.**

GABINETE DA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, em 26 de junho de 2017.

**EDIENE SANTOS LOUSADO**  
Procuradora-Geral de Justiça  
Presidente do Conselho Superior do Ministério Público